

Explorando a insubordinação criativa com a racionalidade comunicativa habermasiana: confluências para a inclusão

*Exploring creative insubordination with Habermasian communicative rationality:
Confluences for inclusion*

*Explorando la insubordinación creativa con la racionalidad comunicativa
habermasiana: Confluencias para la inclusión*

*Exploration de l'insubordination créative avec la rationalité communicative
habermassienne : Confluences pour l'inclusion*

Yara Patrícia Barral de Queiroz Guimarães¹
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Doutora em Ensino de Ciências e Matemática
<https://orcid.org/0000-0002-7268-3694>

Wagner Barbosa de Lima Palanch²
Universidade Cruzeiro do Sul, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Doutor em Educação
<https://orcid.org/0000-0001-9473-407X>

Resumo

O objetivo deste artigo é buscar elementos de um ensino inclusivo da matemática em seis atos de fala proferidos por professores de matemática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) durante uma reunião ocorrida por videoconferência; esses atos de fala foram selecionados em uma transcrição da reunião, com autorização dos participantes. Dos 14 professores que lecionam na EPTNM, 11 participaram da reunião. A base teórica e metodológica para o estudo foi a racionalidade comunicativa de Jurgen Habermas, que estimula a ética comunicativa como meio para busca do consenso para a solução de problemas sociais, e da insubordinação criativa, que consiste em se manifestar contraestruturas burocráticas que não respeitam as individualidades dos diversos sujeitos; a racionalidade comunicativa articulada a práticas de insubordinação criativa, revela-se potencialmente eficaz na promoção da inclusão. Os resultados indicaram que os atos de fala apresentaram características de

¹ yara.matematica@cefetmg.br

² wagnerpalanch@gmail.com

ações de insubordinação criativa e de agir comunicativo, evidenciando que a racionalidade comunicativa proposta por Habermas pode servir como instrumento teórico para promover a Inclusão do Outro por meio de práticas insubordinadas e criativas.

Palavras-chave: Agir comunicativo, Inclusão, Insubordinação criativa, Racionalidade comunicativa, Inclusão do outro.

Abstract

The objective of this article is to identify elements of inclusive mathematics teaching in six speech acts delivered by mathematics teachers from the Secondary Technical Professional Education (EPTNM) program during a videoconference meeting. These speech acts were selected from a transcript of the meeting, with the participants' permission. Of the 14 teachers who teach at EPTNM, 11 participated in the meeting. The theoretical and methodological basis for the study was Jurgen Habermas's communicative rationality, which encourages communicative ethics as a means of seeking consensus to solve social problems, and creative insubordination, which consists of speaking out against bureaucratic structures that fail to respect the individuality of diverse subjects. Communicative rationality, combined with practices of creative insubordination, can be effective in promoting inclusion. The results indicated that the speech acts presented characteristics of creative insubordinate actions and communicative action, evidencing that the communicative rationality proposed by Habermas can serve as a theoretical instrument to promote the Inclusion of the Other through insubordinate and creative practices.

Keywords: Communicative action, Inclusion, Creative insubordination, Communicative rationality, Inclusion of the other.

Resumen

El objetivo de este artículo es identificar elementos de la enseñanza inclusiva de las matemáticas en seis actos de habla emitidos por profesores de matemáticas del programa de Educación Técnica Profesional Secundaria (EPTNM) durante una reunión por videoconferencia. Estos actos de habla fueron seleccionados a partir de una transcripción de la reunión, con el permiso de los participantes. De los 14 profesores que enseñan en EPTNM, 11 participaron en la reunión. La base teórica y metodológica para el estudio fue la racionalidad comunicativa de Jürgen Habermas, que fomenta la ética comunicativa como medio de búsqueda de consenso para resolver problemas

sociales, y la insubordinación creativa, que consiste en hablar en contra de las estructuras burocráticas que no respetan la individualidad de los diversos sujetos. La racionalidad comunicativa, combinada con prácticas de insubordinación creativa, demuestra ser potencialmente eficaz para promover la inclusión. Los resultados indicaron que los actos de habla presentaron características de acciones de insubordinación creativa y acción comunicativa, evidenciando que la racionalidad comunicativa propuesta por Habermas puede servir como un instrumento teórico para promover la Inclusión del Otro a través de prácticas insubordinadas y creativas.

Palabras clave: Actuar comunicativamente, Inclusión, Insubordinación creativa, Racionalidad comunicativa, Inclusión del otro.

Résumé

L'objectif de cet article est d'identifier les éléments d'un enseignement inclusif des mathématiques dans six actes de parole prononcés par des enseignants de mathématiques du programme d'enseignement professionnel technique secondaire (EPTNM) lors d'une réunion par visioconférence. Ces actes de parole ont été sélectionnés à partir d'une transcription de la réunion, avec l'autorisation des participants. Sur les 14 enseignants de l'EPTNM, 11 ont participé à la réunion. Le fondement théorique et méthodologique de l'étude était la rationalité communicative de Jürgen Habermas, qui encourage l'éthique communicative comme moyen de recherche de consensus pour résoudre les problèmes sociaux, et l'insubordination créative, qui consiste à dénoncer les structures bureaucratiques qui ne respectent pas l'individualité des divers sujets. La rationalité communicative, combinée à des pratiques d'insubordination créative, s'avère potentiellement efficace pour promouvoir l'inclusion. Les résultats ont indiqué que les actes de parole présentaient des caractéristiques d'actions d'insubordination créative et d'action communicative, prouvant que la rationalité communicative proposée par Habermas peut servir d'instrument théorique pour promouvoir l'inclusion d'autrui par des pratiques insubordonnées et créatives.

Mots-clés : Action communicative, Inclusion, Insubordination créative, Rationalité communicative, Inclusion de l'autre.

Explorando a insubordinação criativa com a racionalidade comunicativa habermasiana: Confluências para a inclusão

Introdução

A inclusão escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) tem se constituído em um desafio recorrente para docentes que enfrentam, simultaneamente, exigências curriculares, demandas formativas e condições institucionais desiguais. Nesse cenário, situações relacionadas ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais, transtornos, altas habilidades/superdotação ou em situação de vulnerabilidade revelam tensões entre prescrições burocráticas, condições reais de trabalho e as possibilidades de atuação ética dos professores. Esses desafios tornam evidente a necessidade de práticas docentes sustentadas por reflexão crítica, diálogo e tomada de posição responsável — dimensões centrais tanto da insubordinação criativa quanto da racionalidade comunicativa habermasiana.

Apesar do avanço das discussões sobre inclusão na educação matemática, observa-se uma lacuna na literatura: ainda são escassos os estudos que analisam práticas docentes inclusivas a partir da articulação entre a insubordinação criativa e a racionalidade comunicativa. A insubordinação criativa, originalmente discutida no campo da administração escolar (Morris, Crowson, Hurwitz & Porter-Gehrie, 1981) e posteriormente desenvolvida na educação matemática por Gutiérrez (2013) e por D'Ambrosio e Lopes (2015), destaca o papel ético e reflexivo dos docentes que rompem, de modo responsável, com normas institucionais quando estas comprometem o direito à aprendizagem. Por sua vez, a racionalidade comunicativa, no âmbito da teoria do agir comunicativo de Habermas (2019), enfatiza o diálogo orientado ao entendimento mútuo, a argumentação ética e a busca de consensos capazes de sustentar ações coletivas legítimas.

Embora esses dois referenciais não tenham sido explorados de forma articulada na literatura existente, ambos convergem em torno de elementos como ética, argumentação, crítica, autonomia profissional e defesa dos direitos dos sujeitos. Assim, explorar sua possível relação constitui não apenas um exercício teórico relevante, mas também uma oportunidade de compreender como professores negociam sentidos, constroem consensos e reivindicam condições justas para promover a inclusão em seus contextos de trabalho.

A reunião analisada nesta pesquisa envolvendo professores de matemática da EPTNM teve como tema central a inclusão escolar e constituiu um espaço privilegiado para observar atos de fala que mobilizam reflexão crítica, preocupações éticas e tensionamentos institucionais. Esse contexto discursivo permite investigar se e como esses atos de fala revelam práticas de insubordinação criativa mediadas pela racionalidade comunicativa, especialmente quando os professores buscam alternativas para garantir direitos, solucionar problemas estruturais e construir coletivamente caminhos para atender seus estudantes.

Essa constatação fundamentou a proposta de análise teórica entre a insubordinação criativa e a racionalidade comunicativa, pois embora a insubordinação criativa venha sendo discutida na educação matemática, poucas são as investigações que a relacionam à racionalidade comunicativa habermasiana em contextos do ensino inclusivo; esse estudo busca, então, preencher uma lacuna.

Diante disso, formula-se a seguinte questão de investigação: De que forma os atos de fala de professores de matemática podem revelar práticas de insubordinação criativa mediadas pela racionalidade comunicativa de Habermas, contribuindo para a inclusão escolar?

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar atos de fala de docentes de matemática da EPTNM para identificar indícios de racionalidade comunicativa e insubordinação criativa presentes nas discussões sobre inclusão, evidenciando possíveis confluências entre esses referenciais teóricos e suas implicações para práticas educativas comprometidas com a Inclusão do Outro.

Insubordinação criativa como ação ética e reflexiva

A expressão insubordinação criativa tem sua origem no campo da administração educacional. Morris, Crowson, Hurwitz e Porter-Gehrie (1981) analisaram práticas de diretores escolares que, diante de normas burocráticas rígidas ou inadequadas, tomavam decisões autônomas para atender às necessidades reais dos estudantes. Esses autores identificaram que, muitas vezes, a defesa ética do bem-estar escolar exigia romper ou flexibilizar regras institucionais, configurando uma ação que denominaram *creative insubordination*. Tal postura representa uma forma de decisão profissional fundamentada, responsável e orientada por princípios éticos, e não por interesses privados.

O vocábulo insubordinação criativa, no campo da educação matemática, foi utilizado a primeira vez pela educadora norte-americana Rochelle Gutierrez no final da

década de 1970 e início da década de 1980 (Silveira & Lopes, 2021). No Brasil, D'Ambrosio e Lopes (2015) ampliam esse entendimento ao caracterizarem a insubordinação criativa como subversão responsável, destacando seu caráter ético, reflexivo e emancipatório, fundamentado no compromisso com a aprendizagem e com a dignidade dos estudantes.

No campo educacional, uma ação de insubordinação criativa ocorre quando o profissional busca entender o contexto do outro, honrar seu compromisso e mobilizar saberes divergentes para proteger a integridade de outro. Ações de insubordinação criativa exige que os profissionais repensem suas práticas e, no que diz respeito aos professores, eles devem ser capazes de pensar se suas práticas são benéficas para a aprendizagem dos alunos (Silveira & Lopes, 2021, p. 2).

No momento em que os professores tomam a iniciativa de expor situações e opiniões com o objetivo de mudar a realidade de seus alunos podendo, inclusive, ir contra políticas públicas vigentes ou a instituição onde atuam, aí podem ser observadas ações de insubordinação criativa. Nessa perspectiva, como Silveira e Lopes (2021) afirmaram, há uma ação de insubordinação criativa quando os professores buscam compreender o meio em que seus alunos vivem, bem como o tempo e o lugar que estes ocupam, com o objetivo de melhorar as condições de ensino e, consequentemente, da aprendizagem.

Para Lopes e D'Ambrósio (2015):

Quando o professor se mobiliza em benefício da aprendizagem dos alunos e investe em melhorar as condições para que essa aprendizagem ocorra, ele cria e coloca em movimento normas e procedimentos próprios, os quais são decorrentes da identidade profissional que construiu; e, por vezes, essas atitudes se constituem em subversão responsável, resultando em ações de insubordinação criativa (D'Ambrósio & Lopes, 2015, p. 5).

Agir de forma criativamente insubordinada significa manifestar-se contra estruturas burocráticas que não respeitam as individualidades dos diversos sujeitos. Uma ação de insubordinação criativa requer coragem e coerência por parte dos docentes. D'Ambrósio e Lopes (2015) afirmaram que "a insubordinação criativa é legitimada por centrar-se em práticas profissionais alicerçadas em bases éticas" (D'Ambrósio & Lopes, 2015, p. 03).

Não há como um docente agir em seu ambiente escolar sem, em algum momento, tomar posse de ações que vão em contraposição à legislação vigente ou gestão da instituição. Mas como D'Ambrósio e Lopes (2015) afirmaram, a base ética precisa sempre estar presente em qualquer dessas ações.

Rosa e Orey (2022) levantaram aspectos de insubordinação criativa em processos de etnomodelagem, os quais também podem ser compreendidos à luz do agir comunicativo. Esses autores afirmaram que “Esse processo envolve essencialmente a análise de perspectivas externas aos modelos pedagógicos atuais e aos sistemas educacionais tradicionais”³ (Rosa & Orey, 2022, p. 359, tradução nossa).

Sob a perspectiva da etnomodelagem, os autores destacam que sujeitos de diferentes grupos culturais podem desafiar e analisar de forma crítica e reflexiva o pensamento matemático tradicional que prevalece nos sistemas educacionais atuais. Eles afirmaram que “esta abordagem está relacionada a uma forma de insubordinação criativa, pois envolve pensamentos e/ou ações que diferem das normas e regulamentos impostos pelo sistema educacional, bem como examina como esses membros resolvem problemas que enfrentam em seu dia a dia (Rosa e Orey, 2019)”⁴ (Rosa & Orey, 2022, p. 360-361, tradução nossa).

Desse modo, a partir dessa ideia, entende-se que, quando o corpo docente de uma instituição adota uma postura de questionamentos sobre seu próprio contexto educacional, manifesta um comportamento crítico e transformador que está alinhado aos princípios da insubordinação criativa e à racionalidade comunicativa. Esse movimento de reflexão e diálogo caracteriza uma forma de insubordinação criativa, na medida em que rompe com paradigmas estabelecidos de maneira ética e argumentativa, promovendo uma educação matemática pautada na comunicação, criticidade e emancipação.

Além disso, é imprescindível que os professores adotem uma postura crítica em sua atuação, principalmente na atualidade, em que os véus do preconceito, da discriminação e da exclusão caíram da frente de tantas pessoas e a inclusão é um tema tão pertinente e discutido. A postura ética e inclusiva dos docentes exerce função formativa para seus alunos; muito mais do que um discursivo bem elaborado, cabe aos docentes adotar um comportamento tolerante, compreensivo e respeitoso diante de todas as diferentes características de seus alunos.

Ponte (2002) explicou a importância de se investigar a própria prática profissional, realizando sempre reflexões sobre a própria atuação e sobre o ambiente escolar onde leciona. Esse autor afirma que “a investigação é um processo privilegiado

³ This process essentially involves the analysis of perspectives that are external to current pedagogical models and traditional educational systems.

⁴ This approach is related to a form creative insubordination, as it involves thoughts and/or actions that differ from the norms and regulations imposed by the educational system, as well as it examines how these members solve problems they face in their daily lives (Rosa & Orey, 2019).

de construção do conhecimento” (Ponte, 2002, p. 3) e aponta quatro razões para que os docentes reflitam sobre sua própria prática, dentre as quais podem ser citadas: i) para se tornarem autênticos protagonistas no campo curricular e profissional; ii) como contribuição para o conhecimento mais geral sobre os problemas educativos (Ponte, 2002).

Para que uma ação seja caracterizada como insubordinação criativa, é necessário que os professores ultrapassem os limites do bom senso, da sensibilidade e do conhecimento de conteúdo. É necessária a consciência de que sua prática profissional não pode se limitar ao currículo institucional ou ao programa curricular; para isso, é preciso que o docente reflita e investigue a própria prática continuamente, de modo a mudar suas estratégias didáticas, caso constate que não alcançam a todos ou, pelo menos, à maioria dos seus alunos.

Silveira e Lopes (2021) entendem que:

No fazer profissional, assumir uma postura reflexiva é de grande importância para ações subversivamente responsáveis. O docente e pesquisador ao desenvolver, em sua atividade profissional, uma postura reflexiva antes, durante e depois de uma ação, toma consciência de si próprio como profissional e pessoa, suas habilidades, valores e conhecimento (Silveira & Lopes, 2021, p. 5).

A partir do momento em que percebem a necessidade de mudanças em sua prática docente e no ambiente onde atuam, os professores terão a opção de agir de forma criativamente insubordinada. D’Ambrósio e Lopes (2015) citam D’Ambrósio (2015) para explicar que as ações de insubordinação criativa na educação ocorrem “como atos políticos, onde os professores agem contra normas ou políticas públicas para priorizar o aprendizado de seus alunos” (D’Ambrósio & Lopes, 2015, p. 4). Assim, D’Ambrósio (2015) apresentou as seguintes situações em que um professor pode agir com insubordinação criativa:

- Rompe com o currículo prescrito;
- Coloca o aluno como sujeito ativo no processo educacional;
- Leva em consideração o desenvolvimento do estudante ao planejar suas ações;
- Desafia os alunos a identificarem problemas e cria propostas para a solução;
- Transcende os limites da sala de aula;
- Cria uma oportunidade para os estudantes vivenciarem o problema para melhor fazer uma leitura de mundo;
- Cria oportunidade para os estudantes viverem a sua proposta de solução – experimentarem suas ações;
- Apoia os estudantes ao atribuírem significado e realizarem uma leitura de mundo construída colaborativamente (D’Ambrosio, 2015, p. 7).

Tomar posse de sua própria prática de modo reflexivo e investigativo, com olhar crítico e de aprendiz, faz com que seus atos de fala sejam permeados de argumentos pertinentes e possíveis de modificar até a realidade em que seus alunos vivem.

Por meio de atos de fala em um debate e de uma comunicação ética, os participantes da interação podem encontrar soluções para muitos problemas sociais. Como Lopes, D'Ambrósio e Corrêa (2016) bem lembraram, Freire (2003) sugere que "a solidariedade social e política é essencial para a construção de uma sociedade menos condenável e angustiante, onde os indivíduos possam ser eles mesmos" (Lopes, D'Ambrósio, & Corrêa, 2016, p. 289).

Os estudantes vivenciam situações que, muitas vezes, os professores não imaginam. Quando se trata de alguma deficiência física, pode ser mais simples para seus professores buscar informações e estratégias didáticas para lidar com esse aluno; mesmo assim, não é um trabalho fácil, pois requer boa vontade, paciência e criatividade docentes no planejamento da aula para esse estudante.

No caso de estudante com deficiência intelectual, transtornos, altas habilidades (superdotação), situações de risco e/ou vulnerabilidade social, os professores podem ter muitas dificuldades para alcançar sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Podem existir barreiras difíceis de transpor.

Nesses casos, além de análise da própria prática, é importante que os professores discutam entre si e compartilhem aprendizados, experiências e vivências docentes, de modo a contribuírem uns com os outros. Por meio de uma comunicação ética, podem chegar a um consenso na busca por soluções para problemas sociais, o que pode contribuir bastante para a melhoria da aprendizagem em sala de aula.

Por fim, ao atentar para as diferentes características dos seus alunos e se interessar pelas necessidades educacionais especiais que alguns podem apresentar, os docentes terão a oportunidade de também ensinar a seus alunos a serem mais empáticos e tolerantes uns com os outros e com as pessoas de seu convívio. Por meio de uma pesquisa com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, Lopes, D'Ambrósio e Corrêa (2016) constataram que "as experiências desse grupo de crianças encorajaram o seu desenvolvimento como seres humanos éticos, dotados de compaixão, solidariedade e compreensão da justiça social como resultante de ações muito mais complexas do que simples atos de caridade" (Lopes, D'Ambrósio, & Corrêa, 2016, p. 298).

Racionalidade Comunicativa e Agir Comunicativo

Jürgen Habermas é um filósofo alemão que tem seus estudos e pesquisas centrados na teoria crítica. Com a teoria do agir comunicativo (TAC), o filósofo apresenta não só uma teoria, mas também possibilidades de critérios para serem utilizados como recursos metodológicos.

Essa teoria, formulada por Habermas (2019), oferece uma perspectiva analítica orientada à compreensão das interações humanas mediadas pela linguagem. Nessa teoria, a comunicação é compreendida não como simples transmissão de informações, mas como um processo no qual os participantes buscam entendimento mútuo a partir de argumentos racionalmente justificáveis. Esse tipo de interação caracteriza o que Habermas denomina racionalidade comunicativa, que se distingue de outras formas de racionalidade orientadas ao êxito estratégico.

Na racionalidade comunicativa, os sujeitos se relacionam como interlocutores iguais, capazes de apresentar, justificar e revisar suas pretensões de validade. Cada enunciado traz consigo reivindicações que podem ser aceitas ou contestadas pelos demais participantes, o que implica abertura ao diálogo, disposição ética e reconhecimento mútuo. Habermas (2019) enfatiza que o entendimento ocorre quando os interlocutores chegam a um consenso motivado racionalmente, e não imposto pela autoridade, coerção, manipulação ou conveniência estratégica.

Essa perspectiva fundamenta a distinção entre dois modos de agir:

- Agir comunicativo: orientado ao entendimento;
- Agir estratégico: orientado à influência, manipulação ou controle.

No âmbito desta pesquisa, essa distinção é essencial para analisar os atos de fala dos professores participantes da reunião. A identificação de atos comunicativos (ilocucionários) e estratégicos (perlocucionários) permite compreender se a interação foi permeada por argumentações éticas, cooperação e busca de soluções compartilhadas, que são elementos fundamentais para o enfrentamento de problemas institucionais relacionados à inclusão escolar.

Habermas (2019) recorreu à teoria dos atos de fala de John Austin para caracterizar três dimensões possíveis para um ato de fala:

- Um ato de fala é locucionário quando o falante efetiva uma afirmação e a palavra-chave que representa esse tipo é “dizer algo” (Habermas, 2019, p. 500);
- O ato de fala ilocucionário acontece quando o falante “executa uma ação ao dizer algo” e a palavra-chave que o representa é “agir enquanto se diz algo” (Habermas, 2019, p. 500);

- A respeito do ato perlocucionário, Habermas (2019) explica que consiste nos resultados provocados pelo ato ilocucionário, indo além da intenção do falante que possam afetar a percepção, crenças, emoções ou ações dos ouvintes. A palavra-chave que o representa é “realizar algo por meio de se estar agindo enquanto se diz algo” (Habermas, 2019, p. 501).

Para fins desta pesquisa, o foco recai sobre os atos ilocucionários, pois são eles que expressam a intenção dos sujeitos de construir sentidos, formular críticas, propor alternativas e negociar significados de forma ética. Quando atos ilocucionários são orientados pela busca de entendimento, indicam presença de racionalidade comunicativa; quando associados à busca de efeitos sobre o outro (convencer, pressionar, persuadir), podem indicar racionalidade instrumental.

A racionalidade comunicativa é especialmente relevante quando se discutem temas que envolvem dilemas éticos e demandas institucionais complexas, como a inclusão escolar. Nesses contextos, o diálogo público, a argumentação fundamentada e a construção compartilhada de significados se tornam condições essenciais para promover ações coletivas responsáveis e, em última instância, a Inclusão do Outro (Habermas, 2018). Assim, ao analisar os atos de fala dos professores, busca-se identificar em que medida suas interações refletem práticas argumentativas orientadas ao entendimento e comprometidas com a defesa dos direitos dos estudantes.

Essa estrutura conceitual fornece o alicerce necessário para compreender como a racionalidade comunicativa pode mediar práticas de insubordinação criativa, uma vez que ambas se fundamentam em princípios de ética, diálogo, crítica e responsabilidade profissional diante das necessidades educacionais dos estudantes.

Taveira e Peralta (2020) explicitaram que Jurgen Habermas, com a teoria do agir comunicativo propõe,

entre outros objetivos, a compreender que o processo de interação social mediado pela linguagem deve sempre prezar por uma comunicação clara e objetiva — tendo a inteligibilidade como premissa — sendo que nesse processo dialógico-comunicativo, as asserções realizadas por um falante por meio de atos de fala carregam em si pretensões de validade que podem ser questionadas pelo ouvinte a qualquer momento da interação comunicativa (Taveira & Peralta, 2020, p. 10–11).

A partir do que os autores afirmam, entende-se a importância da linguagem como mediadora das interações sociais, reforçando o papel dos atos de fala na manutenção de uma comunicação orientada pela racionalidade comunicativa. Assim, estudar as pretensões de validade que se manifestam nos atos de fala permite identificar se a

interação está orientada para o entendimento mútuo ou se assume caráter estratégico e instrumental, em que o objetivo pode ser a manipulação e persuasão dos ouvintes.

Em contraste, a racionalidade instrumental, ou razão instrumental, “traz consigo conotações de uma autoafirmação exitosa, que se vê possibilitada pela adaptação inteligente às condições de um meio contingente e pela disposição informada dessas mesmas condições” (Habermas, 2019, p. 35). O mesmo autor explica que a racionalidade comunicativa:

Traz consigo conotações que, no fundo, retrocedem à experiência central da força espontaneamente unitiva e geradora de consenso própria à fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças à concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital (Habermas, 2019, p. 36).

Com base nessas distinções, um ato de fala consiste em um argumento, passível de crítica, e que somente cidadãos imputáveis podem proferi-los. A força de um argumento está na capacidade de motivar ou não os participantes da interação a concordar ou não quanto à pretensão de validade.

Ao analisar um ato de fala, o autor ressalta a importância de observar o tipo de racionalidade presente em sua enunciação. “A racionalidade presente na prática comunicativa estende-se a um espectro mais amplo. Ela indica formas diversas de argumentação, bem como diversas possibilidades de dar prosseguimento ao agir comunicativo por meio de recursos reflexivos” (Habermas, 2019, p. 35).

Dessa forma, a partir dos estudos sobre o agir comunicativo, as seguintes características foram levantadas, conferindo a um debate a interpretação de presença da racionalidade comunicativa: 1) ambiente confortável para os participantes se expressarem à vontade; 2) interação entre os participantes; 3) busca de consenso por meio da comunicação ética. Os atos de fala podem ser analisados quanto aos aspectos descritos, permitindo concluir se o debate aconteceu com racionalidade comunicativa, caso apresente essas características, ou a racionalidade instrumental, caso não as possua.

O uso de atos de fala perlocucionários indica que o falante toma posse de estratégias para convencer o ouvinte a concordar com suas exposições. Habermas (2019) considera o “agir estratégico mediado pela linguagem as interações em que ao menos um dos participantes pretende ocasionar com suas ações de fala efeito perlocucionário em quem está diante dele” (Habermas, 2019, p. 510).

Assim, o autor entende que o agir comunicativo se caracteriza por situações em que os participantes objetivam fins ilocucionários, e só esses.

Segundo Taveira e Peralta (2020, p. 11) “é nesse movimento de reconhecer e problematizar, e então poder reclamar, o direito à uma justificativa a qualquer asserção posta em apreciação que o discurso habermasiano se constitui e se realiza”. Assim, a interação deve ser orientada pelo entendimento mútuo, na qual os sujeitos se colocam em posição de igualdade para argumentar, questionar e validar afirmações. Essa dinâmica contrasta com a racionalidade instrumental, em que o discurso é usado para alcançar fins particulares, sem abertura para o questionamento ou busca compartilhada da verdade.

Na racionalidade comunicativa, o diálogo é fundamentado na reciprocidade, na crítica e na transparência das intenções comunicativas.

Inclusão do Outro e o papel do diálogo no ensino de matemática

Esse mesmo autor criou o conceito de Inclusão do Outro, cujo significado é “que as fronteiras da comunidade estão abertas para todos — e precisamente também para aqueles que são estranhos uns aos outros e que querem permanecer estranhos” (Habermas, 2018, p. 15), conduzindo à interpretação de que as características de cada pessoa devem ser aceitas e respeitadas por todos, assimilando a ideia de que essa pessoa pode não ter vontade de mudar alguma delas.

Situações que se encaixam nesse perfil podem ser observadas em pessoas com sobrepeso que provoque ou não problemas de saúde, com marca claudicante devido a condições musculoesqueléticas ou neurológicas, com alterações pigmentares na pele etc. Tais exemplos descrevem situações de pessoas que podem ser consideradas diferentes das demais, mas que não se incomodam e querem permanecer assim. Habermas (2018) corrobora esse entendimento ao afirmar que:

O respeito igual a cada um não se limita aos que são semelhantes; ele se estende à pessoa do outro ou ao outro em sua diferença. E assumir a responsabilidade solidária para com um outro como um de nós se refere ao “nós” flexível de uma comunidade que se opõe a tudo o que é substancial e que amplia continuamente seus limites porosos (Habermas, 2018, p. 28).

O importante é que todos compreendam que o Outro é alguém que precisa de reconhecimento e de participar efetivamente de todos os segmentos da sociedade. Ao dissertar sobre a inclusão de uma maneira que cada indivíduo seja sensível às diferenças, Habermas (2018) afirma que:

O aspecto segundo o qual as pessoas como tais são iguais a todas as demais pessoas não pode se fazer valer à custa do outro aspecto, segundo o qual as pessoas, como indivíduos, são ao mesmo tempo absolutamente diferentes umas das outras. O respeito recíproco e igual a cada um, exigido pelo universalismo sensível à diferença, expressa uma forma de inclusão que não-nivela e que não prende o outro em sua alteridade (Habermas, 2018, p. 17).

Ao chamar a atenção para o desenvolvimento do Estado nacional e cidadania, Habermas (2018) convida a refletir sobre o que consiste em incluir, considerando as várias formas de se excluir alguém, destacando a importância de se combater o preconceito e a discriminação, de modo que “o que é igualmente bom para todos do ponto de vista alargado do nós de uma comunidade que, em princípio, não pode excluir ninguém” (Habermas, 2018, p. 15).

Essas categorias conceituais orientam a análise dos atos de fala apresentados na seção de resultados, possibilitando identificar nas exteriorizações docentes possíveis marcas de racionalidade comunicativa e ações de insubordinação criativa.

A postura docente em sala de aula é fundamental para que a inclusão aconteça de forma natural e espontânea. Para isso, o uso da comunicação ética é o caminho, recriminando falas preconceituosas e defesa da garantia dos direitos de todos.

Recursos metodológicos

Esta pesquisa é qualitativa, de natureza interpretativa e descritiva. A análise dos dados baseou-se na teoria dos atos de fala de Habermas (2019), considerando as dimensões locucionária, ilocucionária e perlocucionária como categorias analíticas necessárias para identificar o tipo de racionalidade presente nas interações docentes. A partir desse referencial, buscou-se verificar em que medida os atos de fala expressam racionalidade comunicativa, entendida como ação orientada ao entendimento mútuo, e como tais ações podem se configurar como práticas de insubordinação criativa.

Os dados consistem em atos de fala produzidos durante uma reunião realizada por videoconferência, gravada com autorização dos participantes. A reunião, com duração de 1h40min, ocorreu na plataforma Teams e teve como objetivo debater percepções dos professores sobre inclusão escolar na instituição em que lecionam.

Participaram da reunião 11 professores de matemática atuantes na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) em cursos integrados de diferentes áreas (eletrônica, mecânica, meio ambiente, edificações, química, entre outros). As turmas podem receber estudantes com deficiência, transtornos, altas habilidades-

superdotação ou em vulnerabilidade social, embora nem sempre essas condições sejam informadas no processo seletivo de ingresso.

A reunião foi conduzida de modo a promover ambiente favorável à expressão livre e ao diálogo, possibilitando que emergissem narrativas, críticas e reflexões sobre as condições institucionais de inclusão. A transcrição completa resultou em 48 atos de fala, dos quais seis foram selecionados por sua representatividade, relevância temática e potencial analítico para relacionar racionalidade comunicativa e insubordinação criativa.

A Tabela 1 apresenta os atos de fala selecionados, denominados A1 até A6 por se tratar de atos de fala:

Tabela 1

Atos de fala dos professores de matemática selecionados para este artigo (arquivo de pesquisa, 2024).

Ato de fala	Transcrição do ato de fala	Critério de seleção
A1	A gente está precisando começar é garantindo o direito de quem tem direito, garantindo coisas básicas.	Representatividade dentre as falas.
A2	Uma das coisas que eu sinto falta é a capacitação dos professores para trabalhar com a inclusão, para a gente se sentir mais confortável para lidar com a inclusão.	Recorrência desse pedido por capacitação.
A3	Quando a família não informa, essa detecção da condição dos alunos tem que partir dos professores, a gente percebe um comportamento diferenciado e informa à coordenação pedagógica ou direção.	Responsabilidade assumida pelo docente
A4	Um dos alunos com TEA tem direito a um acompanhante e só ficamos sabendo disso depois do mês de maio e até hoje esse acompanhante não veio. Ficou combinado também com a coordenação pedagógica de que esse aluno teria aulas extras, mas não tem professor disponível, pois os horários vagos do aluno não coincidem com os meus. E o problema também envolve falta de salas disponíveis, pois não temos uma estrutura adequada para esse atendimento.	Experiências vivenciadas pelo docente
A5	Para alunos com baixa acuidade visual, a gente fazia mais atividades manuais, isso para ele atingir um nível diferenciado que ele tinha e realmente funcionava. Para alunos com	Experiências vivenciadas pelo docente

	discalculia, funcionava bem a repetição. Uma vez um aluno me disse que os números se movimentavam. Para alunos com problemas de audição eu falava sempre voltado para ele, pois ele conseguia fazer leitura labial.	
A6	Espero que você consiga relatar de maneira que não doa a quem leia, Autor1, os problemas que estamos enfrentando na instituição. Não significa que tudo será resolvido, mas temos que começar a dialogar de verdade com a comunidade, que vamos desmistificar isso.	Apresenta preocupação ética e relacional com o discurso institucional.

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

A análise dos dados seguiu dois eixos:

- i) identificação do tipo de ato de fala (locucionário, ilocucionário ou perlocucionário);
- ii) interpretação dos indícios de racionalidade comunicativa e de ações de insubordinação criativa, considerando as categorias de Habermas (2019) e D'Ambrósio e Lopes (2015).

As características que comprovam que a racionalidade comunicativa foi um componente presente na reunião, oportunizando o agir comunicativo, serão apresentadas ao longo da seção de resultados.

Resultados e discussão

Os atos de fala A1 a A6 evidenciam críticas institucionais, preocupações éticas e descrições de práticas pedagógicas que ultrapassam a atuação tradicional do professor, configurando elementos de subversão responsável. Como a reunião tratava de inclusão no ensino, emergiram falas orientadas ao enfrentamento coletivo de problemas vivenciados no contexto escolar.

Conforme D'Ambrosio e Lopes (2015), a insubordinação criativa ocorre quando o docente, pautado por princípios éticos, subverte normas vigentes em prol da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. Nos atos analisados, essa subversão aparece de forma relacionada à experiência profissional dos docentes e ao compromisso com condições justas de ensino.

Para além da identificação de ações de insubordinação criativa, foi possível observar, nos atos de fala, indícios de racionalidade comunicativa. Esses indícios se expressam na forma como os docentes apresentam argumentos, dialogam sem coerção, expressam pretensões de validade e constroem sentidos coletivamente — condições próprias do agir comunicativo segundo Habermas (2019). Desse modo, a

racionalidade comunicativa aparece como mediação ética que legitima as ações subversivamente responsáveis evidenciadas nos discursos.

Diante das constatações de que atitudes de subversão responsável ocorreram durante a reunião, as situações apresentadas por D'Ambrósio (2015) foram consideradas para analisar se a ação corresponde a uma insubordinação criativa, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2

Caracterização dos atos de fala a partir da ação de insubordinação criativa (baseado em D'Ambrósio, 2015).

Levar em consideração o desenvolvimento do estudante ao planejar suas ações.	Desafiar os alunos a identificarem problemas e criar propostas para a solução.	Transcender os limites da sala de aula.
A2: Uma das coisas que eu sinto falta é a capacitação dos professores para trabalhar com a inclusão, para a gente se sentir mais confortável para lidar com a inclusão.	A3: Quando a família não informa, essa detecção da condição dos alunos tem que partir dos professores, a gente percebe um comportamento diferenciado e informa à coordenação pedagógica ou direção.	A1: A gente está precisando começar é garantindo o direito de quem tem direito, garantindo coisas básicas.
A5: Para alunos com baixa acuidade visual, a gente fazia mais atividades manuais, isso para ele atingir um nível diferenciado que ele tinha e realmente funcionava. Para alunos com discalculia, funcionava bem a repetição. Uma vez um aluno me disse que os números se movimentavam. Para alunos com problemas de audição eu falava sempre voltado para ele, pois	A5: Para alunos com baixa acuidade visual, a gente fazia mais atividades manuais, isso para ele atingir um nível diferenciado que ele tinha e realmente funcionava. Para alunos com discalculia, funcionava bem a repetição. Uma vez um aluno me disse que os números se movimentavam. Para alunos com problemas de audição eu falava sempre voltado para ele, pois ele conseguia fazer leitura labial.	A4: Um dos alunos com TEA tem direito a um acompanhante e só ficamos sabendo disso depois do mês de maio e até hoje esse acompanhante não veio. Ficou combinado também com a coordenação pedagógica de que esse aluno teria aulas extras, mas não tem professor disponível, pois os horários vagos do aluno não coincidem com os meus. E o problema também envolve falta de salas disponíveis, pois não temos uma estrutura adequada para esse atendimento.

ele conseguia fazer
leitura labial.

A6: Espero que você consiga relatar de maneira que não doa a quem leia, Autor1, os problemas que estamos enfrentando na instituição. Não significa que tudo será resolvido, mas temos que começar a dialogar de verdade com a comunidade, que vamos desmistificar isso.

Nota. dados da pesquisa, 2024.

Os atos de fala A1 a A6 serão caracterizados quanto à presença da racionalidade comunicativa ou instrumental durante o debate. Antes disso, é necessário identificar a natureza de cada ato como locucionário, ilocucionário ou perlocucionário. A Tabela 3 mostra os resultados dessa análise.

Tabela 3

Atos de fala dos professores de matemática selecionados para este artigo

Ato de fala	Transcrição do ato de fala	Tipo do ato de fala
A1	A gente está precisando começar é garantindo o direito de quem tem direito, garantindo coisas básicas.	Ilocucionário
A2	Uma das coisas que eu sinto falta é a capacitação dos professores para trabalhar com a inclusão, para a gente se sentir mais confortável para lidar com a inclusão.	Locucionário/ Ilocucionário
A3	Quando a família não informa, essa detecção da condição dos alunos tem que partir dos professores, a gente percebe um comportamento diferenciado e informa à coordenação pedagógica ou direção.	Locucionário/ Ilocucionário
A4	Um dos alunos com TEA tem direito a um acompanhante e só ficamos sabendo disso depois do mês de maio e até hoje esse acompanhante não veio. Ficou combinado também com a coordenação pedagógica de que esse aluno teria aulas extras, mas não tem professor disponível, pois os horários vagos do aluno não coincidem com os meus. E o problema também envolve falta de salas disponíveis, pois não temos uma estrutura adequada para esse atendimento.	Locucionário/ Ilocucionário
A5	Para alunos com baixa acuidade visual, a gente fazia mais atividades manuais, isso para ele atingir um nível diferenciado que ele tinha e realmente funcionava. Para alunos com discalculia, funcionava bem a repetição. Uma vez um aluno me disse que os números se movimentavam. Para alunos com problemas de	Locucionário/ Ilocucionário

	audição eu falava sempre voltado para ele, pois ele conseguia fazer leitura labial.	
A6	Espero que você consiga relatar de maneira que não doa a quem leia, Autor1, os problemas que estamos enfrentando na instituição. Não significa que tudo será resolvido, mas temos que começar a dialogar de verdade com a comunidade, que vamos desmistificar isso.	Ilocucionário/ Perlocucionário

Nota. dados da pesquisa, 2024.

Cada ato de fala será justificado com base nas tabelas 2 e 3, considerando que muitas justificativas apresentam coincidências.

A1 → O professor reivindica a garantia de direitos básicos aos estudantes. Trata-se de um ato ilocucionário, pois apresenta uma intenção clara de orientar o grupo a uma reflexão ética sobre práticas institucionais. O conteúdo ultrapassa a sala de aula e remete a uma crítica fundamentada às condições estruturais da instituição, caracterizando insubordinação criativa. Além disso, o ato expressa pretensão normativa de validade, que é típica da racionalidade comunicativa, uma vez que o docente apela para princípios de justiça educacional compartilháveis por todos.

A2 → O docente afirma sentir falta de capacitação para lidar com a inclusão, o que configura um ato locucionário, pois expressa um estado de coisas. No entanto, ao justificar a necessidade dessa capacitação para melhorar suas ações pedagógicas, o ato também se torna ilocucionário, por mobilizar uma intenção de transformação da prática docente e da instituição. Há evidência de racionalidade comunicativa porque o falante formula seu argumento de modo inteligível, aberto à contestação e orientado ao entendimento coletivo sobre as condições formativas da equipe.

A3 → O falante descreve um procedimento institucional (“informar a coordenação”) e reconhece o papel docente na identificação de necessidades dos estudantes, o que é, simultaneamente, locucionário e ilocucionário. Há aqui a expressão de pretensão de veracidade e de correção normativa, pois descreve um fato e, ao mesmo tempo, defende a legitimidade do procedimento. A ação também expressa insubordinação criativa, uma vez que extrapola a prática estritamente pedagógica e envolve tomada de decisão ética diante da falta de comunicação familiar.

Nesse ato de fala, observa-se que os professores, ao identificarem características distintas entre seus alunos, frequentemente os desafiam a identificar problemas e elaborar propostas de solução.

A4 → Nesse ato, que se estende por um período longo, o falante narra uma série de dificuldades institucionais relacionadas ao atendimento de um estudante com TEA.

O discurso é locucionário quando relata os fatos, mas torna-se ilocucionário ao expressar incômodo e ao reivindicar providências institucionais. Observa-se racionalidade comunicativa porque o docente fundamenta criticamente sua fala, articula razões e solicitações, e busca entendimento, não imposição. A subversão responsável aparece ao denunciar a falta de recursos e ao mobilizar argumentos para que a instituição assuma suas responsabilidades.

A5 → O professor descreve adaptações pedagógicas realizadas com alunos com baixa acuidade visual, discalculia e problemas auditivos. O ato contém dimensão locucionária ao relatar práticas, e dimensão ilocucionária ao indicar intencionalidade pedagógica orientada ao desenvolvimento do estudante. A racionalidade comunicativa aparece na forma colaborativa e não coercitiva, como o falante compartilha sua experiência, abrindo possibilidade de aprendizado coletivo. Essas ações também correspondem a insubordinação criativa, pois envolvem adaptações que transcendem práticas tradicionais para garantir a inclusão acadêmica.

A6 → O ato de fala é predominantemente ilocucionário, pois expressa preocupação ética com a forma como os resultados serão apresentados. Ao sugerir que o relato não “doe a quem leia”, o docente convoca o grupo a um debate público sobre a realidade institucional. Há também uma dimensão perlocucionária, pois busca provocar reflexão. Contudo, não se trata de manipulação, e sim de estímulo ao diálogo, o que mantém a ação dentro da racionalidade comunicativa. O ato transcende a sala de aula ao propor um movimento coletivo de desmistificação da inclusão e de enfrentamento institucional.

Reflexões Iniciais

A partir do estudo dos seis atos de fala aqui apresentados, constatou-se que todos constituem indícios ou manifestações de ações de insubordinação criativa, conforme os estudos de D’Ambrósio e Lopes (2015) e D’Ambrósio (2015).

A seleção dos atos de fala teve caráter ilustrativo, buscando evidenciar a ocorrência de práticas de insubordinação criativa. A análise concentrou-se, portanto, em manifestações representativas, capazes de revelar confluências entre o agir comunicativo e o compromisso ético com a inclusão.

Conforme Lopes, D’Ambrósio e Corrêa (2016), ações de insubordinação criativa fundamentadas em bases éticas podem promover a inclusão social e escolar. Tal base ética é centrada no uso da comunicação.

Nessa perspectiva, quanto às ideias apresentadas no artigo de Rosa e Orey (2022), embora a intenção seja focar na etnomodelagem, sua perspectiva crítica e sua perspectiva dialógica podem ser compreendidas à luz da racionalidade comunicativa habermasiana, uma vez que ambas enfatizam o diálogo, a reflexão e a superação de paradigmas tradicionais. Os autores descrevem a modelagem como um processo crítico e reflexivo, constituindo uma forma de insubordinação criativa.

Em consonância com essa perspectiva, Habermas (2019) defende o uso da comunicação ética para solução de problemas sociais. Os atos de fala analisados contêm indícios de caráter ilocucionário sendo que o A6 também apresenta características de um ato perlocucionário que, segundo Habermas (2019), não são típicos da racionalidade comunicativa. No entanto, observa-se que a intenção desse ato de fala não é estratégica e nem manipulativa; ao contrário, busca estimular o debate sobre os resultados de uma pesquisa, cujo tema central é a inclusão.

Dessa forma, observa-se que todos os atos de fala selecionados se configuram como atos ilocucionários. Ademais, os participantes demonstraram liberdade discursiva para expressar opiniões e compartilhar experiências, aspecto evidenciado na análise individual de cada ato de fala. A análise também revela a ocorrência de interação entre os participantes, uma vez que os temas abordados se inter-relacionam, evidenciando a busca por consenso e o objetivo comum de promover a inclusão no ensino e no ambiente escolar.

Considerações finais

A análise dos seis atos de fala revelou que os professores participantes mobilizaram argumentos, críticas e reflexões orientadas ao entendimento mútuo, indicando a presença de racionalidade comunicativa durante o debate. Os dados também mostraram que diferentes ações docentes podem ser compreendidas como manifestações de insubordinação criativa, especialmente quando resultam em práticas pedagógicas e reivindicações institucionais voltadas ao desenvolvimento dos estudantes e à promoção da inclusão.

As falas analisadas sugerem que os docentes transcendem a prática tradicional de sala de aula, reconhecem limitações institucionais, constroem coletivamente alternativas e expressam preocupação ética com a formação e com o atendimento das necessidades educacionais dos estudantes. Esse conjunto de elementos demonstra que a insubordinação criativa, quando mediada por práticas comunicativas orientadas ao diálogo, fortalece ações pedagógicas comprometidas com a inclusão escolar.

Como limitação do estudo, destaca-se que o número reduzido de atos de fala selecionados para análise não permite generalizações. Entretanto, os dados apresentados são representativos e oferecem indícios importantes sobre formas éticas e comunicativas de enfrentamento dos desafios da inclusão. Estudos futuros poderão ampliar o corpus e incluir outros contextos institucionais, aprofundando a compreensão sobre a relação entre práticas inclusivas, comunicação e ação docente.

Referências

- D'Ambrósio, B. S. (2015). A subversão responsável na constituição do educador matemático. Em (G. Obando (Ed.). (pp. 01-08). Bogotá: Asociación Colombiana de Matemática Educativa.
- D'Ambrósio, B. S., & Lopes, C. E. (abril de 2015). Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. *Bolema*, 29(n. 51), pp. 1-17.
- Habermas, J. (2018). *A inclusão do outro: estudo de teoria política*. São Paulo: Unesp.
- Habermas, J. (2019). *Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social*. (P. A. Soethe, Trad.) São Paulo: Wmf Martins Fontes.
- Lopes, C. E., D'Ambrósio, B. S., & Corrêa, S. A. (set/dez de 2016). A Insubordinação Criativa em Educação Matemática Promove a Ética e a Solidariedade. *Zetetiké*, 24(n. 3), pp. 287-300. doi:http://dx.doi.org/10.20396/zet.v24i3.8648093
- Ponte, J. P. (2002). Investigar a nossa própria prática. Em G. (org), *Reflectir e investigar sobre a prática profissional* (pp. 5-28). Lisboa: APM.
- Rosa, M., & Orey, D. C. (2022). Philosophical concepts of creative insubordination in ethnomodeling research. *EMP - Educação Matemática Pesquisa*, 24(n. 2), pp. 353-383. doi:http://dx.doi.org/10.23925/1983-3156.2022v24i2p353-383
- Silveira, T. C., & Lopes, C. E. (2021). Os caminhos da Insubordinação Criativa: um breve debate teórico. *Research, Society and Development*, 10(n. 16). doi:http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23908
- Taveira, F. A., & Peralta, D. A. (2020). Análise de documentos curriculares de Matemática inspirada na ética discursiva de Jurgen Habermas. *EMP - Educação Matemática Pesquisa*, 22(n. 3), pp. 512-537. doi:http://dx.doi.org/10.23925/1983-3156.2020v22i3p512-537